



**ESTADO DE SERGIPE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE**

**JUSTIFICATIVA DA DISPENSA Nº. 26/2020**

**RATIFICO** a presente JUSTIFICATIVA Publique-se, providencie-se o contrato.

Monte Alegre de Sergipe/SE, 25 de 08 de 2020.

  
\_\_\_\_\_  
**MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA**  
Secretária Municipal de Saúde

**A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE, ESTADO DE SERGIPE**, instituída nos termos da Portaria nº. 503/2020 de 27 de Julho de 2020, vem justificar a contratação de a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA FORNECIMENTO DE OXIGÊNIO GASOSO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE**, em conformidade com o art. 24, inciso II, da Lei nº. 8.666/93, e de acordo com os motivos adiante expostos:

**CONSIDERANDO**, que na Administração Pública em regra todos os contratos sejam precedidos de processos licitatórios, no entanto, a Lei nº. 8.666/93, em seu art. 24, inciso II, trata da dispensa de licitação para compras e serviços de valor até 10 % (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II, do art. 23, do mesmo Diploma Legal, alterado pela medida provisória nº. 961 de 06 de maio de 2020 artigo 1º, inciso I alínea “b”, sendo este valor equivalente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

**CONSIDERANDO**, que de acordo com a pesquisa de mercado constatou-se que a média de preços apurada está dentro do limite previsto no art. 24, inciso II, da lei de licitações e suas posteriores alterações, sem a premente necessidade de proceder à abertura de processo administrativo de licitação, vez que o valor orçado, não ultrapassou o valor estabelecidos no art. 23 e seus dispositivos, atualizado pela Medida Provisória nº. 961/2020, ou seja, R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).



**ESTADO DE SERGIPE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE**

**CONSIDERANDO**, que a contratação direta não pressupõe a inobservância dos princípios administrativos, nem tampouco, caracteriza uma livre atuação da administração. Quando em verdade há um procedimento administrativo de Dispensa de Licitação que antecede a contratação, possibilitando também tratamento igualitário a todos quando da realização da pesquisa de preço no mercado através de orçamentos, conforme fora realizado previamente pelo Fundo Municipal de Saúde de Monte Alegre de Sergipe.

**CONSIDERANDO**, que conforme dito anteriormente o Fundo Municipal de Saúde de Monte Alegre de Sergipe teve o cuidado de pesquisar os preços no mercado com empresas do ramo pertinente ao objeto a ser contratado, identificando as características necessárias e importantes para a composição dos preços.

**CONSIDERANDO** que, em relação ao objeto em questão, a inviabilidade da licitação decorre não em razão da falta de competitividade entre os possíveis interessados, mais se torna a licitação neste caso inconveniente aos objetivos da administração quando colocado à tona a equação custo-benefício, verificou-se que a licitação traria maiores custos a administração do que benefícios, além do que, está aparentemente demonstrado no processo a pequenez do valor estimado para a contratação.

**CONSIDERANDO**, que, no momento atual, em virtude da pandemia do COVID-19, é prioridade evitar aglomerações, sabendo que o valor para atender a necessidade da secretaria desse município fica dentro do limite estipulado na medida provisória, e para atender as recomendações dos órgãos de saúde, o município opta por fazer essa dispensa;

**CONSIDERANDO**, que de acordo com o levantamento de preços feito, constatou-se que a empresa **JEANE SANTOS DO NASCIMENTO GOES**, cotou o menor preço para a aquisição do objeto pretendido, baseado no que prescreve o Art. 24, Inciso II, da lei nº 8.666/93, com a referida empresa, até 31 de dezembro de 2020.

Pelos substratos fáticos, jurídicos e probatórios acima elencados, opina a Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe, pelo acatamento da contratação e, se pronuncia favoravelmente à celebração do contrato, com a dispensa do prévio processo licitatório, *ex vi* do Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93. Submetemos a presente JUSTIFICATIVA a apreciação da Excelentíssima Senhora Secretária Municipal de Saúde de Monte Alegre de Sergipe, para que, na hipótese de ratificação da mesma, determine a sua



**ESTADO DE SERGIPE**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE SERGIPE**

publicação, na forma do Art. 13, inciso XII, da Constituição Estadual, como *conditio sine qua non* para eficácia deste ato.

Monte Alegre de Sergipe/SE, 25 de Agosto de 2020.

**NEIRE MARIA FROES DA SILVA**  
Presidente da CPL

**JOSE LUCILDO DE GOES**  
Secretário da CPL

**ROBSON CELESTINO DOS SANTOS**  
Membro da CPL